

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º encontro

I – BENS PÚBLICOS

II – RESPONSABILIDADE DO ESTADO

III – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IV – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

2º encontro

V – SERVIÇOS PÚBLICOS

VI – SERVIDORES PÚBLICOS

VII – LICITAÇÕES

VIII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3º encontro

IX – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

X – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

XI – PODERES ADMINISTRATIVOS

XII – ATOS ADMINISTRATIVOS

XIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO

I – BENS PÚBLICOS

Referências normativas e noções introdutórias.

Código Civil

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Classificação dos bens públicos quanto à destinação:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Quanto ao titular: a) federais, b) estaduais) c) municipais d) distrital.

Regime jurídico dos bens Públicos:

1) **usucapião**- art. 183, § 3ª da CF e 102 do CC não passíveis, ressalva no tocante à sociedade de economia mista e empresas públicas que exploram atividade econômica.

2) **alienação**: Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

3) **oneração**: p. ex. penhora. Igual à alienação.

4) **imunidade tributária- impostos**

Utilização dos bens públicos: pode ser gratuita ou onerosa (praça, museu)

Espécies de utilização dos bens públicos:

a) **autorização** de uso: ato unilateral, precário, discricionário no qual a administração pública confere ao particular a possibilidade de usar bem público com ou sem remuneração.

b) **permissão de uso**: ato negocial, discricionário, precário (mas pode ensejar ressarcimento pela administração) por exemplo: banca de jornais em praça, quiosque em calçadas e praias

c) **Concessão de uso**: contrato administrativo, tempo determinado, vinculante (concessão de exploração de restaurantes em prédio públicos, rodoviárias. etc.)

d) **Cessão de uso:** ato de colaboração entre entes públicos.

Questões:

1 - (OAB 01-2012) Sobre os bens públicos é correto afirmar que:

(A) os bens de uso especial são passíveis de usucapião.

(B) os bens de uso comum são passíveis de usucapião.

(C) os bens de empresas públicas que desenvolvem atividades econômicas que não estejam afetados a prestação de serviços públicos são passíveis de usucapião.

(D) nenhum bem que pertença à pessoa jurídica integrante da administração pública indireta é passível de usucapião.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

Constituição Federal:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

Vide Lei 13.303/ 2016

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.

Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Parágrafo único. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

2 - (OAB 02-2009) Com relação aos bens de uso comum do povo e aos bens de uso especial, assinale a opção correta.

(A) Enquanto mantiverem a afetação, nem os bens de uso comum nem os de uso especial podem ser objeto de compra e venda ou doação.

(B) Apenas os bens de uso comum do povo têm como característica a imprescritibilidade.

(C) O não uso dos bens de uso comum do povo implica desafetação.

(D) Os bens de uso especial são penhoráveis.

RESPOSTA: Conforme art. 99, do CC. *Alternativa A.*

Cuidado desafetação formal e tácita.

Exemplificando: prédio que abrigava escola pública desativado em decorrência de modificação de local da escola.

3- (OAB 03-2012-II) O Presidente de uma empresa pública estadual, ao assumir a gestão da entidade e realizar uma auditoria no seu patrimônio imobiliário, decide alienar um imóvel que se localiza em região extremamente valorizada. Além da demonstração do interesse público que a justifique, a alienação do referido imóvel depende de:

(A) avaliação prévia e autorização legislativa.

(B) autorização do Poder Executivo e registro no Tribunal de Contas do Estado.

(C) avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

(D) autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

RESPOSTA: Conforme art. 23, § 3º, da Lei n. 8.666/93. *Alternativa C.*

Lei 13.303/2016

Art. 49. A alienação de bens por empresas públicas e por sociedades de economia mista será precedida de: [\(Vide Lei nº 14.002, de 2020\)](#)

I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 29;

II - licitação, ressalvado o previsto no § 3º do art. 28.

4 - (OAB 03-2011) A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo:

(A) Discricionário e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.

(B) Unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.

(C) Bilateral e vinculado, efetivado mediante a celebração de um contrato com a Administração pública, de forma a atender interesse eminentemente público.

(D) Discricionário e unilateral, empregado para atender a interesse predominantemente público, formalizado após a realização de licitação.

RESPOSTA: *Alternativa B.*

5 - (OAB 03-2006) Quanto aos bens públicos, assinale a opção correta.

(A) Um veículo oficial inservível, estacionado no pátio de uma repartição, continua afetado ao serviço público.

(B) As terras devolutas são bens de uso especial, pois são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares.

(C) As ilhas costeiras podem ser da União, dos estados, dos municípios ou mesmo de particulares. (p.ex: Florianópolis)

(D) Todos os imóveis localizados na faixa de fronteira de 150 km de largura, conforme o texto constitucional, são bens da União.

RESPOSTA: Reproduz fielmente o texto constitucional do inciso II do art. 26. *Alternativa C.*

A constituição prevê que na faixa de fronteira tenha bens privados, todavia esses bens são passivos de restrições de uso tendo por objetivo proteger o território brasileiro.

6 - (OAB 01-2015) O prédio que abrigava a Biblioteca Pública do Município de Molhadinho foi parcialmente destruído em um incêndio, que arruinou quase metade do acervo e prejudicou gravemente a estrutura do prédio. Os livros restantes já foram transferidos para uma nova sede. O Prefeito de Molhadinho pretende alienar o prédio antigo, ainda cheio de entulho e escombros. sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

(A) Não é possível, no ordenamento jurídico atual, a alienação de bens públicos.

(B) O antigo prédio da biblioteca, bem público de uso especial, somente pode ser alienado após ato formal de desafetação.

(C) É possível a alienação do antigo prédio da biblioteca, por se tratar de bem público dominical.

(D) Por se tratar de um prédio com livre acesso do público em geral, trata-se de bem público de uso comum, insuscetível de alienação.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

7 - (OAB XXIV - Exame) Determinado município é proprietário de um extenso lote localizado em área urbana, mas que não vem sendo utilizado pela Administração há anos. Em consequência do abandono, o imóvel foi ocupado por uma família de desempregados, que deu à área uma função social. O poder público teve ciência do fato, mas, como se tratava do final da gestão do então prefeito, não tomou qualquer medida para que o bem fosse desocupado. A situação perdurou mais de trinta anos, até que o município ajuizou a reintegração de posse. Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) O terreno não estava afetado a um fim público, razão pela qual pode ser adquirido por usucapião.

(B) O terreno é insuscetível de aquisição por meio de usucapião, mesmo sendo um bem dominical.

(C) O poder público municipal não poderá alienar a área em questão, dado que todos os bens públicos são inalienáveis.

(D) O bem será classificado como de uso especial, caso haja a reintegração de posse e o município decida construir uma grande praça no local anteriormente ocupado pela família.

RESPOSTA: Conforme art. 183, § 3º, da CF. *Alternativa B.*

Lei 11.481/07- União poderá conceder **concessão especial de uso**: ocupações irregulares, pessoal de baixa renda, para finalidade social- a concessão é transmissível mantendo a sua finalidade de moradia.

Lei 13.465/17- **Reurb- regularização fundiária para terrenos da União por interesse social**. Regularizar as ocupações irregulares consolidadas até 22/12/2016, conferindo a titularidade do imóvel. 1º ocorre a legitimação da posse (certidão de regularização) após ocorre a legitimação fundiária (transferindo a propriedade de forma originária, nos moldes do usucapião).

8 - (OAB XXII - Exame) A Associação Delta se dedica à promoção do voluntariado e foi qualificada como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos – OSCIP, após o que formalizou termo de parceria com a União, por meio do qual recebeu recursos que aplicou integralmente na realização de suas atividades, inclusive na aquisição de um imóvel, que passou a ser a sede da entidade. Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) A Associação não poderia ter sido qualificada como OSCIP, considerando que o seu objeto é a promoção do voluntariado.

(B) A qualificação como OSCIP é ato discricionário da Administração Pública, que poderia indeferi-lo, mesmo que preenchidos os requisitos legais.

(C) A qualificação como OSCIP não autoriza o recebimento de recursos financeiros por meio de termo de parceria, mas somente mediante contrato de gestão.

(D) A Associação não tem liberdade para alienar livremente os bens adquiridos com recursos públicos provenientes de termo de parceria.

RESPOSTA: Conforme art. 15, da Lei n. 9.790/99. *Alternativa D.*

9 - (OAB XXI - Exame) A sociedade “Limpatudo” S/A é empresa pública estadual destinada à prestação de serviços públicos de competência do respectivo ente federativo. Tal entidade administrativa foi condenada em vultosa quantia em dinheiro, por sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença. Para que se cumpra o título condenatório, considerar-se-á que os bens da empresa pública são

(A) impenhoráveis, certo que são bens públicos, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio.

(B) privados, de modo que, em qualquer caso, estão sujeitos à penhora.

(C) privados, mas, se necessários à prestação de serviços públicos, não podem ser penhorados.

(D) privados, mas são impenhoráveis em decorrência da submissão ao regime de precatórios.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

II – RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Referência normativa- art. 37, § 6º da CF.

Adoção da teoria do Risco Administrativo. Todavia, devemos ter o cuidado de saber que a Responsabilidade civil objetiva do Estado não foi uma inovação trazida pela Constituição de 1988, pois desde o CC de 1916, mas, principalmente, através da alteração constitucional e 1946, art. 194 foi estabelecida a responsabilidade civil objetiva da administração pública.

Portanto, a CF de 1988 inovou ampliando a responsabilidade objetiva também para as empresas privadas prestadores de serviços públicos. Exemplo: transporte coletivo.

Obs. A CF prevê a aplicação, exceção a regra, da **teoria do risco integral** para danos decorrentes de exploração de atividade nucleares (art. 21, XXIII) assim até diante de danos decorrentes de eventos da natureza, por exemplo: “desastre naturais”, tsunamis, o Estado responderá.

Exemplo: tsunami que ocorreu no Japão o qual danificou a estrutura de usina nuclear, todos os danos (coletivos e individuais) serão ressarcidos pelo Estado.

Teoria do risco social: busca a socialização dos danos para com o Estado, mesmo não havendo nexos causal imputável ao ente público. O foco é a reparação a vítima. Exemplo: atentado terroristas vide Lei 10.744/03.

Elementos: **Agente público** (conceito amplo) diferente de servidor, engloba p.ex. estagiários + **Dano + nexos causal, não tem-se a necessidade comprovação de culpa ou dolo.**

Excludentes: a) culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior

Responsabilidade em casos omissão: falta ou falha na prestação do serviço público.

Divergência jurisprudencial e doutrinária se seria objetiva ou subjetiva. O que prepondera é o entendimento no sentido da responsabilidade objetiva do estado quando diante de uma omissão específica, ou seja, se a omissão foi a causalidade direta do evento lesivo. P.ex. acidentes escolas, hospitais, presídios.

Já quando estivermos diante de uma omissão genérica, para haver a responsabilização do estado deve comprovar a culpa ou falha no serviço. Exemplo: assalto, afogamento, etc.

Atos legislativos próprios em regra não são passíveis de responsabilização civil, salvo se produzirem efeitos concretos danosos e foram considerados inconstitucionais.

Atos do Judiciário: salvo erro judiciando art. 5ª LXXV da CF penal, apenas se ficar comprovado a intenção dolosa (retenção de autos) ou ofensas feitas pelo magistrado, todavia sentença nula não causa direito a reparação civil.

Prescrição: art. 1ª decreto 20.910/32 salvo para pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos aplica a regra de 03 anos prevista no CC art.205 §3º

Sujeito Passivo e responsabilidade *per saltum*: Tema 940 STF- não pode responsabilização direta do agente público. Cabendo ao Estado ação de regresso se assim entender.

10 - (OAB 03-2011) Ambulância do Corpo de Bombeiros envolveu-se em acidente de trânsito com automóvel dirigido por particular, que trafegava na mão contrária de direção. No acidente, o motorista do automóvel sofreu grave lesão, comprometendo a mobilidade de um dos membros superiores. Nesse caso, é correto afirmar que:

(A) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há nexos causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.

(B) não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vítima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.

(C) não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não houve a chamada culpa ou falha do serviço. E, de todo modo, a indenização do particular, se cabível, ficaria restrita aos danos materiais, pois o Estado não responde por danos morais.

(D) está plenamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, que se fundamenta na teoria do risco integral.

RESPOSTA: *Alternativa B.*

11 - (OAB 02-2012) Sílvio, servidor público, durante uma diligência com carro oficial do Estado X para o qual trabalha, se envolve em acidente de trânsito, por sua culpa, atingindo o carro de João. Considerando a situação acima e a evolução do entendimento sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

(A) João deverá demandar Sílvio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, terá que comprovar a sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

(B) João poderá demandar Sílvio ou o Estado à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, presumir-se-á sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

(C) João poderá demandar apenas o Estado X, já que Sílvio estava em serviço quando da colisão e, por isso, a responsabilidade objetiva é do Estado, que terá direito de regresso contra Sílvio, em caso de culpa.

(D) João terá que demandar Sílvio e o Estado X, já que este último só responde caso comprovada a culpa de Sílvio, que, no entanto, será presumida por ser ele servidor do Estado (responsabilidade objetiva).

RESPOSTA: De acordo com o art. 37, §6º da CF. *Alternativa C.*

12 - (OAB 01-2011) Antônio, vítima em um acidente automobilístico, foi atendido em hospital da rede pública do Município de Mar Azul e, por imperícia do médico que o assistiu, teve

amputado um terço de sua perna direita. Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Antônio:

- (A) o Município de Mar Azul e o médico, solidária e objetivamente.
- (B) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.
- (C) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, subsidiariamente.
- (D) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, solidária e subjetivamente.

RESPOSTA: De acordo com o §6º do art. 37 da CF. *Alternativa B.*

13 - (OAB 03-2010) Um policial militar, de nome Norberto, no dia de folga, quando estava na frente da sua casa, de bermuda e sem camisa, discute com um transeunte e acaba desferindo tiros de uma arma antiga, que seu avô lhe dera. Com base no relatado acima, é correto afirmar que o Estado:

- (A) será responsabilizado, pois Norberto é agente público pertencente a seus quadros.
- (B) será responsabilizado, com base na teoria do risco integral.
- (C) somente será responsabilizado de forma subsidiária, ou seja, caso Norberto não tenha condições financeiras.
- (D) não será responsabilizado, pois Norberto, apesar de ser agente público, não atuou nessa qualidade, sua conduta não pode, pois, ser imputada ao Ente Público.

RESPOSTA: *Alternativa D.*

14 - (FCC-2012) De acordo com a Constituição Federal brasileira, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso significa que a responsabilidade extracontratual do Estado:

- (A) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano e a ausência de condições excludentes.
- (B) depende da comprovação do dolo ou culpa do agente público, caracterizadora da falha na prestação do serviço público.
- (C) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, o qual responde pelos danos causados perante os terceiros, podendo exercer direito de regresso em face da Administração na hipótese de causas excludentes da ilicitude da sua conduta.
- (D) é de natureza objetiva, sendo afastada quando comprovada a culpa ou dolo exclusivo do agente que, em tal hipótese, responde diretamente perante o particular.
- (E) é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de culpa exclusiva do agente público.

RESPOSTA: Nos termos do §6º do art. 37 da CF. *Alternativa A.*

15 - (OAB 03-2008) No que concerne à responsabilização extracontratual da administração pública, assinale a opção correta.

- (A) A verdade sabida, em atenção ao princípio da eficiência, é admitida no direito brasileiro para apuração de falta quer tendo sido cometida por servidor público, cause dano a terceiro.
- (B) O homicídio cometido, fora da penitenciária, por presidiário que esteja em fuga não implica responsabilização do Estado, pois este não pode ser considerado segurador universal.

(C) As concessionárias de serviço público, quando em exercício deste, respondem objetivamente à responsabilização civil pelos atos comissivos que praticarem.

(D) Inexiste dever de indenizar quando o ato administrativo é praticado em estrita observância ao princípio da legalidade.

RESPOSTA: Conforme o §6º do art. 37 da CF. *Alternativa C.*

16 – (OAB – XIX Exame) Um paciente de um hospital psiquiátrico estadual conseguiu fugir da instituição em que estava internado, ao aproveitar um momento em que os servidores de plantão largaram seus postos para acompanhar um jogo de futebol na televisão. Na fuga, ao pular de um viaduto próximo ao hospital, sofreu uma queda e, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Nesse caso,

(A) o Estado não responde pela morte do paciente, uma vez que não configurado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano.

(B) o Estado responde de forma subjetiva uma vez que não configurado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano.

(C) o Estado não responde pela morte do paciente, mas, caso comprovada a negligência dos servidores, estes respondem de forma subjetiva.

(D) o Estado responde pela morte do paciente, garantido o direito de regresso contra os servidores no caso de dolo ou culpa.

RESPOSTA: *Alternativa D.*

17 - (OAB XXVII - Exame) A União construiu uma usina nuclear para fins de geração de energia elétrica. A fim de minimizar os riscos de acidentes relacionados à utilização do urânio, foram empregados, no empreendimento, os mais modernos e seguros equipamentos. Do mesmo modo, o pessoal designado para trabalhar na usina recebeu todos os treinamentos exigidos nas legislações brasileira e internacional. Entretanto, em decorrência de uma intensa, imprevisível e excepcional chuva que caiu na região, parte da usina ficou alagada. Isso gerou superaquecimento nas instalações, fato que culminou na liberação de um pequeno volume de gases radioativos armazenados, causando náuseas e vômitos na população que mora próxima à usina. Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, tendo em vista a ausência de culpa (responsabilidade subjetiva) por parte do Poder Público.

(B) Em razão de as chuvas constituírem um evento imprevisível e excepcional, não se cogita a responsabilidade da União pelos danos causados à população.

(C) A União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

(D) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, dado competir aos Estados a exploração dos serviços e das instalações nucleares, cabendo a eles a responsabilidade pelos danos.

RESPOSTA: Conforme art. 21, XIII, *d*, da CF. *Alternativa C.*

18 - (OAB XXVI - Exame) Em uma movimentada rodovia concedida pela União a uma empresa privada, um veículo particular colidiu com outro, deixando diversos destroços espalhados pela faixa de rolamento. Um dos objetos deixados sobre a pista cortou o pneu de

um terceiro automóvel, causando a colisão deste em uma mureta de proteção. Com base no fragmento acima, assinale a afirmativa correta.

(A) A concessionária deve responder objetivamente pelos danos causados, com fundamento na teoria do risco administrativo.

(B) Em nenhuma hipótese a concessionária poderá ser responsabilizada pelo evento danoso.

(C) A concessionária responde pelos danos materiais causados ao terceiro veículo, com fundamento na teoria do risco integral, isto é, ficou comprovado que o dano foi causado por culpa exclusiva de terceiro ou por força maior.

(D) O proprietário do terceiro automóvel só será reparado pelos danos materiais caso demonstre a culpa da concessionária, caracterizada, por exemplo, pela demora excessiva em promover a limpeza da rodovia.

RESPOSTA: De acordo com o § 6º do art. 37 da CF. *Alternativa A.*

19 - (OAB XXI - Exame) José, acusado por estupro de menores, foi condenado e preso em decorrência da execução de sentença penal transitada em julgado. Logo após seu recolhimento ao estabelecimento prisional, porém, foi assassinado por um colega de cela. Acerca da responsabilidade civil do Estado pelo fato ocorrido no estabelecimento prisional, assinale a afirmativa correta.

(A) Não estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque está presente o fato exclusivo de terceiro, que rompe o nexo de causalidade, independentemente da possibilidade de o Estado atuar para evitar o dano.

(B) Não estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque não existe a causalidade necessária entre a conduta de agentes do Estado e o dano ocorrido no estabelecimento estatal.

(C) Estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque o ordenamento jurídico brasileiro adota, na matéria, a teoria do risco integral.

(D) Estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque o poder público tem o dever jurídico de proteger as pessoas submetidas à custódia de seus agentes e estabelecimentos.

RESPOSTA: *Alternativa D.*

20 - (OAB XX - Exame) A fim de pegar um atalho em seu caminho para o trabalho, Maria atravessa uma área em obras, que está interditada pela empresa contratada pelo Município para a reforma de um viaduto. Entretanto, por desatenção de um dos funcionários que trabalhava no local naquele momento, um bloco de concreto se desprende da estrutura principal e atingiu o pé de Maria. Nesse caso,

(A) a empresa contratada e o Município respondem solidariamente, com base na teoria do risco integral.

(B) a ação de Maria, ao burlar a interdição da área, exclui o nexo de causalidade entre a obra e o dano, afastando a responsabilidade da empresa e do Município.

(C) a empresa contratada e o Município respondem de forma atenuada pelos danos causados, tendo em vista a culpa concorrente da vítima.

(D) a empresa contratada responde de forma objetiva, mas a responsabilidade do Município demanda comprovação de culpa na ausência de fiscalização da obra.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

21 - (OAB XX - Exame) Caio, policial militar do Estado X, abalroou, com sua viatura, um veículo particular estacionado em local permitido, durante uma perseguição. Júlio, proprietário do veículo atingido, ingressou com demanda indenizatória em face do Estado. A sentença de procedência reconheceu a responsabilidade civil objetiva do Estado, independentemente de se perquirir a culpa do agente. Nesse caso,

(A) não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, eis que atuava, no momento do acidente, na condição de agente público.

(B) pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de dolo do agente.

(C) pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de culpa ou dolo do agente.

(D) não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do agente público, uma vez que o Estado não foi condenado com base na culpa ou dolo do agente.

RESPOSTA: Segundo art. 37, §6º, da CF. *Alternativa C.*

III – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aspectos Gerais.

Art. 37º caput da Constituição Federal estabelece os princípios norteadores da atuação da Administração Pública, bem como o seu regime jurídico, trazendo prerrogativas e restrições no tocante aos seus atos.

Princípios constitucionais expressos:

- A) legalidade (lei em sentido amplo (CF. até decretos).
- B) impessoalidade (tratamento imparcial, finalidade é o interesse coletivo não privado) aplica-se inclusive ao poder judiciário vide as questões de impedimento e suspensão do julgador;
- C) moralidade (boa-fé, seguir os costumes de moralidade, por exemplo não receber “agrados” para desempenhar suas funções);
- D) publicidade, para fins de transparência e fiscalização externa dos demais poderes e órgãos de fiscalização bem como da sociedade;
- E) eficiência (direito fundamental a boa administração pública)

Além desses temos inúmeros outros: A) Supremacia do interesse público em relação ao privado (devidamente motivada, por exemplo desapropriação),

B) Autotutela (anular seus atos vide Súmulas 346 e 473 do STF;) auto executável;

C) Presunção de veracidade relativa dos atos administrativos;

D) Continuidade do serviço público (por isso a restrição de greve de servidores e prestadores do serviço público)

E) Princípio da razoabilidade e ou proporcionalidade tendo por objetivo inibir atos discricionários e não motivados.

Aspectos estruturais da Administração pública:

A) Estrutura organizacional:

A.1) Administração direta, materializada essencialmente pelos integrantes do poder executivo, tem como chefe o (presidente, governador ou prefeito) todavia, para executar a função de gestão necessita desconcentrar as funções e o faz através dos órgãos públicos (para melhor executar o serviço público, com especificidade, lembrando, o órgão não pode ser uma estrutura vazia, por isso é composto de servidores públicos os quais ocupam, cargos e desempenham funções). Todavia os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria.

Exemplificar: Secretarias, ministérios, etc.

B.1) Administração indireta: 1) objetivo buscar maior eficiência na execução dos serviços públicos 2) descentralização do serviço público 3) distinção entre desconcentração (órgãos) e descentralização (entidades)

B.2) Espécies de administração pública indireta:

a) autarquias (art. 5^a, I do Decreto-lei 200/67), características: autonomia administrativa, criadas por lei, corpo funcional próprio, patrimônio próprio, responsabilidade própria. Regime jurídico de direito público.

B) fundações públicas (art. 5^a, IV do Decreto-lei 200/67) são pessoas jurídicas formadas a partir de um acervo patrimonial específico para a execução de um serviço público sem finalidade lucrativa, essa pode ser de direito público ou privado, criada a partir de uma autorização legislativa. Ex: FAS: fundação de assistência social, fundações educacionais.

C) empresas públicas (art. 5^a, II do Decreto-lei 200/67 e 13.303/16): composta por patrimônio essencialmente público, todavia regime jurídico híbrido, natureza de direito privado, criado por autorização legal, patrimônio próprio. Ex: correios, CEF.

Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

D) sociedade de economia mista (art. 5^a, III, do Decreto-lei 200/67 c/c 173, § 1, e principalmente o Estatuto 13.303/16) o capital é público e privado, mas a maioria do capital com direito a voto é público, o regime jurídico é de direito privado, criação e extinção por lei, regime jurídico híbrido. P.ex: Banco do Brasil e Petrobras. CODECA/SA em Caxias do Sul.

Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

Subsidiárias: são pessoas jurídicas que o controle e gestão se sujeitam a uma empresa pública ou sociedade de economia mistas. Todavia como as empresas primária (SEM e EP) são controladas pelo governo esse acaba por controlar de forma indireta também as subsidiárias.

Responsabilização subsidiária do estado.

e) consórcios públicos: Lei 11.107/05- pode ser de direito público ou privado, criada por 2 ou mais entes federados, portanto é uma associação. Instituição: necessita de autorização legislativa, após elaboração do protocolo de intenção, protocolo deve ser aprovado mediante lei para ter existência jurídica. Ainda é necessária previsão de um contrato de rateio. p.ex: transporte, saúde.

Se tiver natureza de direito público será equiparada a autarquia e integrará a administração indireta de todos os entes públicos que criaram o consórcio.

f) agências executivas (criadas para executar uma atividade específica) e reguladoras(essas são autarquias de controle de serviços prestados pelos particulares mas que tem interesse público, p.ex: Anatel, ANP, ANVISA)

Entidades Paraestatais e terceiro setor

São pessoas jurídicas com personalidade própria, não governamentais, portanto não criadas pelo Estado, sob regime privado, mas por receberem incentivos públicos (auxílios, cessões, valores, convênios) submetem-se a regras do regime público como fiscalização pelos Tribunais de Contas, tendo por objetivo a prestação de uma atividade de interesse público sem visar a obtenção de lucro.

Exemplo: Serviços sociais autônomos (SESI, SENAC). As OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público)

22 - (OAB 03-2013) O Estado ABCD, com vistas à interiorização e ao incremento das atividades econômicas, constituiu empresa pública para implantar distritos industriais, elaborar planos de ocupação e auxiliar empresas interessadas na aquisição dessas áreas. Considerando que esse objeto significa a exploração de atividade econômica pelo Estado, assinale a afirmativa correta.

(A) Não é possível a exploração de atividade econômica por pessoa jurídica integrante da Administração direta ou indireta.

(B) As pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta não podem explorar atividade econômica.

(C) Dentre as figuras da Administração Pública indireta, apenas a autarquia pode desempenhar atividade econômica, na qualidade de agência reguladora.

(D) A constituição de empresa pública para exercer atividade econômica é permitida quando necessária ao atendimento de relevante interesse coletivo.

RESPOSTA: De acordo com o art. 173 e § 1º, da CF. *Alternativa D.*

23 - (OAB 01-2014) A União celebrou protocolo de intenções com o Estado A e os Municípios X, Y e Z do Estado B, todos em regiões de fronteira, para a constituição de um consórcio público na área de segurança pública. Considerando a disciplina legislativa acerca dos consórcios públicos, assinale a afirmativa correta.

(A) O consórcio público pode adquirir personalidade jurídica de direito público, constituindo-se em uma associação pública.

(B) O consórcio público representa uma comunhão de esforços, não adquirindo personalidade jurídica própria.

(C) A União não pode constituir consórcio do qual façam parte Municípios não integrantes de Estado não conveniado.

(D) O consórcio público adquire personalidade jurídica com a celebração do protocolo de intenções.

RESPOSTA: Conforme o art. 1º, § 2, da Lei n. 11.107/2005. *Alternativa C.*

24 - (OAB 01-2012) Em relação às entidades que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

(A) Para a criação de autarquias, é necessária a edição de uma lei autorizativa e posterior registro de seus atos constitutivos no respectivo registro como condição de sua existência.

(B) Para criação de uma empresa pública, é necessária a edição de uma lei específica sem a exigência de registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito público.

(C) Para criação de uma sociedade de economia mista, é necessária a edição de uma lei autorizativa e registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.

(D) Por serem pessoas jurídicas, todas necessitam ter seus respectivos atos constitutivos registrados no respectivo registro como condição de sua existência.

RESPOSTA: De acordo com os arts. 37, XIX, da CF e 45, do CC. *Alternativa C.*

25 - (OAB 02-2011) A estruturação da Administração traz a presença, necessária, de centros de competências denominados Órgãos Públicos ou, simplesmente, Órgãos. Quanto a estes, é correto afirmar que:

(A) Possuem personalidade jurídica própria, respondendo diretamente por seus atos.

(B) Suas atuações são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem.

(C) Não possuem cargos, apenas funções, e estas são criadas por atos normativos do ocupante do respectivo órgão.

(D) Não possuem cargos nem funções.

RESPOSTA: De acordo com o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei n. 9.784/99. *Alternativa B.*

26 - (OAB 02-2012) Quanto às pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta, assinale a afirmativa correta.

- (A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- (B) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas por lei.
- (C) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- (D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas para o exercício de atividades típicas do Estado.

RESPOSTA: Art. 37, XIX, da CF c/c art. 41, IV, do CC. *Alternativa A.*

27 - (OAB 03-2012) Atento à crescente especulação imobiliária, e ciente do sucesso econômico obtido pelas construtoras do País com a construção de imóveis destinados ao público de alta renda, o Estado "X" decide ingressar nesse lucrativo mercado. Assim, edita uma lei autorizando a criação de uma empresa pública e, no mesmo ano, promove a inscrição dos seus atos constitutivos no registro das pessoas jurídicas. Assinale a alternativa que apresenta a alegação que as construtoras privadas, incomodadas pela concorrência de uma empresa pública, poderiam apresentar.

- (A) A nulidade da constituição daquela pessoa jurídica, uma vez que as pessoas jurídicas estatais só podem ser criadas por lei específica.
- (B) O objeto social daquela empresa só poderia ser atribuído a uma sociedade de economia mista e não a uma empresa pública.
- (C) Os pressupostos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo na exploração daquela atividade econômica não estão presentes.
- (D) A criação de empresa pública não poderia ter ocorrido no mesmo ano em que foi editada a lei autorizativa.

RESPOSTA: De acordo com a CF, art. 173. *Alternativa C.*

28 - (OAB 02-2012) O Presidente da República, considerando necessária a realização de diversas obras de infraestrutura, decide pela criação de uma nova Sociedade de Economia Federal e envia projeto de lei para o Congresso Nacional. Após a sua regular tramitação, o Congresso aprova criação da Companhia "X". Considerando a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Companhia "X" poderá editar os decretos de utilidade pública das áreas que necessitam ser desapropriadas para consecução do objeto que justificou sua criação.
- (B) A Companhia "X" está sujeita à licitação e à contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração.
- (C) A Companhia "X" será necessariamente uma sociedade de propósito específico (SPE) e a maioria do capital social deverá sempre pertencer à União.
- (D) A Companhia "X" possui foro privilegiado e eventuais demandas judiciais correrão perante a Justiça Federal.

RESPOSTA: Conforme art. 37, XXI, da CF e art. 173, §1º, III, da CF. *Alternativa B.*

29 - (OAB 03-2010) É correto afirmar que a desconcentração administrativa ocorre quando um ente político:

- (A) Cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.
- (B) Cria, por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público para auxiliar a administração pública direta.
- (C) Autoriza a criação, por lei e por prazo indeterminado, de uma nova pessoa jurídica de direito privado para auxiliar a administração pública.
- (D) Contrata, mediante concessão de serviço público, por prazo determinado, uma pessoa jurídica de direito público ou privado para desempenhar uma atividade típica da administração pública.

RESPOSTA: *Alternativa A.*

30 - (FCC-2011) Analise as características abaixo.

- I - Personalidade jurídica de direito público.
- II - Criação por lei.
- III - Capacidade de autoadministração.
- IV - Especialização dos fins ou atividades.
- V - Sujeição a controle ou tutela.

Trata-se de

- (A) empresa pública.
- (B) fundação privada.
- (C) autarquia.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) órgão público.

RESPOSTA: Segundo o art. 37, XIX, da CF. *Alternativa C.*

31 - (OAB 03-2014) A Agência Reguladora de Serviços Públicos Estaduais, autarquia do Estado ABC, identificou um imóvel, no centro da cidade XYZ (capital do Estado) capaz de receber as instalações de sua nova sede. O proprietário do imóvel, quando procurado, demonstrou interesse na sua alienação pelo preço de avaliação da Administração Pública. Considerando a disciplina legislativa a respeito do tema, assinale a opção correta.

- (A) É possível a compra de bem imóvel pela Administração, dispensada a licitação no caso de as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha.
- (B) Não é possível a celebração de contrato de compra e venda, pois a única forma de aquisição de bem imóvel pelo Estado é a desapropriação.
- (C) É possível a compra de bem imóvel pela Administração, mas tal aquisição deve ser, obrigatoriamente licitação, na modalidade de concorrência.
- (D) É possível a compra de bem imóvel pela Administração, mas tal aquisição deve ser, obrigatoriamente, precedida de licitação, na modalidade de leilão.

RESPOSTA: Conforme art. 24, X, da Lei 8.666/93. *Alternativa A.*

32 - (OAB 03-2014) No Estado X, foi constituída autarquia própria de previdência dos servidores estaduais. A lei de constituição da entidade prevê a possibilidade de apresentação de recurso em face das decisões da autarquia, a ser dirigido à Secretaria de Administração do

Estado (órgão ao qual a autarquia está vinculada). Sobre a situação descrita, assinale a opção correta:

- (A) Não é possível a criação de autarquia para a gestão da previdência dos servidores, uma vez que se trata de atividade típica da Administração Pública.
- (B) Não cabe recurso hierárquico impróprio em face das decisões da autarquia, uma vez que ela goza de autonomia técnica, administrativa e financeira.
- (C) A previsão de recurso dirigido à Secretaria de Administração do Estado (órgão ao qual a autarquia está vinculada) configura exemplo de recurso hierárquico próprio.
- (D) São válidas tanto a constituição da autarquia para a gestão do regime previdenciário quanto a previsão de cabimento do recurso ao órgão ao qual a autarquia está vinculada.

RESPOSTA: *Alternativa D.*

33 - (OAB - XVII Exame) Após autorização em lei, o Estado X constituiu empresa pública para atuação no setor bancário e creditício. Por não possuir, ainda, quadro de pessoal, foi iniciado concurso público com vistas à seleção de 150 empregados, entre economistas, administradores e advogados. A respeito da situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é possível a constituição de empresa pública para exploração direta de atividade econômica pelo Estado.
- (B) A lei que autorizou a instituição da empresa pública é, obrigatoriamente, uma lei complementar, por exigência do texto constitucional.
- (C) Após a Constituição de 1988, cabe às empresas públicas a prestação de serviços públicos e às sociedades de economia mista cabe a exploração de atividade econômica.
- (D) A empresa pública que explora atividade econômica sujeita-se ao regime trabalhista próprio das empresas privadas, o que não afasta a exigência de concurso público.

RESPOSTA: De acordo com o art. 173, §1º, II, da CF. *Alternativa D.*

34 - (OAB – XIX Exame) O Estado X e os Municípios A, B e C subscreveram protocolo de intenções para a constituição de um consórcio com personalidade jurídica de direito privado para atuação na coleta, descarte e reciclagem de lixo produzido no limite territorial daqueles municípios.

Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por se tratar de consórcio a ser constituído entre entes de hierarquias diversas, a saber, Estado e Municípios, é obrigatória a participação da União.
- (B) O consórcio de direito privado a ser constituído pelo Estado e pelos Municípios não está alcançado pela exigência de prévia licitação para os contratos que vier a celebrar.
- (C) O consórcio entre o Estado e os Municípios será constituído por contrato e adquirirá personalidade jurídica mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.
- (D) Por se tratar de consórcio para atuação em área de relevante interesse coletivo, não se admite que seja constituído com personalidade de direito privado.

RESPOSTA: Conforme art. 3º da Lei n.11.107/2005. *Alternativa C.*

IV – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

Formas de intervenção, possuem uma graduação que vai desde as formas mais brandas, nas quais ocorre apenas o uso do bem ou serviço privado pela administração, passando por formas medianas de intervenção, nas quais ocorre a limitação da propriedade, chegando à desapropriação que é a mais gravosa pois ocorre a transferência da titularidade da propriedade.

Espécies:

A) servidão administrativa: é um direito real público sobre coisa alheia que autoriza o poder público a usar a propriedade imóvel enquanto existir o interesse público para a execução de obras ou serviços públicos;

Características: recai sobre imóvel, direito real, regra não tem indenização, o fator dominante é o serviço público.

Legitimados ativos: Ad. Direita e indireta, concessionárias e prestadoras de serviços públicos.

Exemplo: servidão para esgoto, rede elétrica, placas de sinalização.

b) Requisição: é uma forma transitória de intervenção tendo em vista uma situação anormal de iminente perigo público.

Características: transitória, recai sobre bens e serviços, situação de anormalidade, passível de indenização se houver dano.

Exemplo: inundações

c) Ocupação temporária: é uma forma transitória de intervenção tendo em vista uma situação normal, na qual o poder público usa bens imóveis privados para fins de prestar apoio a execução de obras e serviços públicos.

Características: transitória, recai sobre bens imóveis privados, situação de normalidade, passível de indenização se houver dano.

Exemplo: terreno privado para guardar materiais usados na obra pública.

d) Limitações Administrativas: São determinações gerais que restringem o uso da propriedade, tendo por objeto atender a função social da propriedade e, portanto, não são passíveis de indenização.

Características: Decorre de leis (gerais e abstratas), não gera direito a indenização, recai sobre bens móveis e imóveis, públicos e privados, tem por objetivo a concretização da função social da propriedade.

Exemplo: recuo nas construções (calçadas), limpeza de terrenos, poluição sonora, respeito a normas ambientais e plano diretor.

e) Tombamento: É uma forma de intervenção que restringe o caráter absoluto da propriedade, tendo por objeto a proteção ao patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico.

Características: recai sobre bem móvel e imóvel, público ou privado, não gera direito de indenização, ato do poder executivo por isso individualizado, mas poderá ser decorrente de lei, por exemplo: tombamento dos quilombos art. 216, § 5 da CF. não impede a alienação, mas gera direito de preferência ao ente público que realizou o tombamento. Tombamento pode ser

voluntário ou compulsório. Pode ser municipal, estadual ou federal. Pode ser total ou parcial e admite-se o destombamento.

f) Desapropriação: É a forma mais gravosa de intervenção do estado na propriedade pois acarreta a modificação da sua titularidade.

Características: transfere a titularidade, pode recair sobre bem imóveis (públicos ou privados), para os públicos e imóveis deverá ser observada a questão hierárquica entre os entes e precedida de autorização legislativa, móveis (quebra de patentes), em regra gera direito a indenização justa e prévia, ressalvada a desapropriação sanção (confisco) prevista no art. 243 da CF.

Fontes a lei ou ato administrativa individual.

Espécies: Utilidade pública: para a execução de obras ou serviços em situação de normalidade (aeroporto, rodovias)

Necessidade pública: situações de urgência: por exemplo: epidemia (covid) poderia autorizar a desapropriação de terrenos para construir hospitais.

Interesse social: Tem por objetivo promover a concretização direta de direitos sociais, como a moradia. Exemplo: desapropriação de terrenos para construção de moradia populares, Desapropriação urbanísticas sancionatória do art. 182, §4, III da CF (feita pelo Município quando não observado o plano diretor) ou Desapropriação rural para fins de reforma agrária feita pela União, art. 184 da CF.

35 - (OAB 03-2013) O Município de Barra Alta realizou a desapropriação de grande parcela do imóvel de Manoel Silva e deixou uma parcela inaproveitável para o proprietário. No caso descrito, o proprietário obterá êxito se pleitear

- (A) a reintegração de posse de todo o imóvel em função da má-fé do Município.
- (B) o direito de extensão da desapropriação em relação à área inaproveitável.
- (C) a anulação da desapropriação em relação à parcela do imóvel suficiente para tornar a área restante economicamente aproveitável.
- (D) a anulação integral da desapropriação, pois a mesma foi ilegal.

RESPOSTA: *Alternativa B.*

36 - (OAB 01-2014) Acerca da desapropriação, assinale a afirmativa correta:

- (A) Na desapropriação por interesse social, o expropriante tem o prazo de cinco anos, contados da edição do decreto, para iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- (B) Na desapropriação por interesse social, em regra, não se exige o requisito da indenização prévia, justa e em dinheiro.
- (C) O município pode desapropriar um imóvel por interesse social, mediante indenização prévia, justa e em dinheiro.
- (D) A desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade que não esteja cumprindo a sua função social não será indenizada.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

37 - (OAB 01-2013) A fim de permitir o escoamento da produção até uma refinaria, uma empresa pública federal, que explora a prospecção de petróleo em um campo terrestre, inicia a construção de um oleoduto. O único caminho possível para essa construção atravessa a propriedade rural de Josenildo que, em razão do oleoduto, teve que diminuir o espaço de plantio de mamão e, com isso, viu sua renda mensal cair pela metade. Assinale a afirmativa que indica a instrução correta que um advogado deve passar a Josenildo.

(A) Não há óbice à constituição da servidão administrativa no caso, mas cabe indenização pelos danos decorrentes dessa forma de intervenção na propriedade.

(B) A servidão administrativa é ilegal e Josenildo pode desconstituí-la, pois o instituto só tem aplicação em relação aos bens públicos.

(C) A servidão administrativa é ilegal, pois o nosso ordenamento veda a intervenção do Estado sobre propriedades produtivas.

(D) Não há óbice à constituição da servidão administrativa e não há de se falar em qualquer indenização.

RESPOSTA: *Alternativa A.*

38 - (OAB 01-2012) A empresa pública federal X, que atua no setor de pesquisas petroquímicas, necessita ampliar sua estrutura, para a construção de dois galpões industriais. Para tanto, decide incorporar terrenos contíguos a sua atual unidade de processamento, mediante regular processo de desapropriação. A própria empresa pública declara aqueles terrenos como de utilidade pública e inicia as tratativas com os proprietários dos terrenos que, entretanto, não aceitam o preço oferecido por aquela entidade. Nesse caso,

(A) se o expropriante alegar urgência e depositar a quantia arbitrada de conformidade com a lei, terá direito a imitir-se provisoriamente na posse dos terrenos.

(B) a desapropriação não poderá consumir-se, tendo em vista que não houve concordância dos titulares dos terrenos.

(C) a desapropriação demandará a propositura de uma ação judicial e, por não haver concordância dos proprietários, a contestação poderá versar SI sobre qualquer matéria.

(D) os proprietários poderão opor-se à desapropriação, ao fundamento de que a empresa pública não é competente para declarar um bem como de utilidade pública.

RESPOSTA: De acordo com a previsão do art. 2º do Decreto-Lei n. 3.365/41. *Alternativa D.*

39 - (OAB 02-2012) A União, após regular licitação, realiza concessão de determinado serviço público a uma sociedade privada. Entretanto, para a efetiva prestação do serviço, é necessário realizar algumas desapropriações. A respeito desse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

(A) A sociedade concessionária poderá promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

(B) As desapropriações necessárias somente poderão ser realizadas pela União, já que a concessionária é pessoa jurídica de direito privado.

(C) O ingresso de autoridades administrativas nos bens desapropriados, declarada a utilidade pública, somente será lícito após a obtenção de autorização judicial.

(D) Os bens pertencentes ao(s) Município(s) inserido(s) na área de prestação do serviço não poderão ser desapropriados, mesmo que haja autorização legislativa.

RESPOSTA: De acordo com o art. 3º do Decreto-Lei n. 3.365/41. *Alternativa A.*

40 - (OAB 01-2012) O Município Y promove o tombamento de um antigo bonde, já desativado, pertencente a um colecionador particular. Nesse caso,

(A) o proprietário pode insurgir-se contra o ato do tombamento, uma vez que se trata de um bem móvel.

(B) o proprietário fica impedido de alienar o bem, mas pode propor ação visando a compelir o Município a desapropriar o bem, mediante remuneração.

(C) o proprietário poderá alienar livremente o bem tombado, desde que o adquirente se comprometa a conservá-lo, de conformidade com o ato de tombamento.

(D) o proprietário do bem, mesmo diante de tombamento promovido pelo Município, poderá gravá-lo com penhor.

RESPOSTA: De acordo com o art. 22, §3º, do Decreto-Lei n. 25/37. *Alternativa D.*

41 - (OAB 03-2010) Com relação à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

(A) A requisição administrativa é uma forma de intervenção supressiva do Estado na propriedade que somente recai em bens imóveis, sendo o Estado obrigado a indenizar eventuais prejuízos, se houver dano.

(B) A limitação administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que consubstancia obrigações de caráter específico e individualizados a proprietários determinados, sem afetar o caráter absoluto do direito de propriedade.

(C) A servidão administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que afeta as faculdades de uso e gozo sobre o bem objeto da intervenção, em razão de um interesse público.

(D) O tombamento é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada que possui como característica a conservação dos aspectos históricos, artísticos, paisagísticos e culturais dos bens imóveis, excepcionando-se os bens móveis.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

42 - (FGV-2010) Com relação à requisição administrativa, analise as afirmativas a seguir.

I - Terá sempre caráter de definitividade.

II - Será aplicada somente em situação de guerra ou de movimentos de origem política.

III - Será a indenização sempre a posteriori, caso seja devida.

IV - Incidirá apenas sobre bens imóveis.

Assinale:

(A) Se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) Se somente a afirmativa III estiver correta.

(C) Se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

(D) Se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

RESPOSTA: De acordo com o art. 5º, XXV, da CF. *Alternativa B.*

43 - (OAB 01-2009) Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

(A) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, é de competência da União e dos estados, devendo ser realizada sobre imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia indenização em títulos da dívida agrária.

(B) Ocorre a desapropriação indireta quando a entidade da administração direta decreta a desapropriação, sendo o processo expropriatório desenvolvido por pessoa jurídica integrante da administração descentralizada.

(C) A limitação administrativa consiste na instituição de ônus real de uso pelo Poder Público sobre a propriedade privada.

(D) A desapropriação, que consiste na transferência de propriedade de terceiro ao Poder Público, tem por objeto bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos, públicos ou privados.

RESPOSTA: Segundo o caput do art. 2º do Dec.-Lei n. 3.365/1941. *Alternativa D.*

44 - (OAB 03-2008) Carlos, morador de Ouro Preto - MG, é proprietário de casarão cujo valor histórico foi reconhecido pelo Poder Público. Após regular procedimento, o bem foi tombado pela União, e Carlos, contrariado com o tombamento, decidiu mudar-se da cidade e alienar o imóvel. Na situação hipotética apresentada, Carlos:

(A) pode alienar o bem, desde que o ofereça, pelo mesmo preço, à União, bem como ao estado de Minas Gerais e ao município de Ouro Preto, a fim de que possam exercer o direito de preferência da compra do bem.

(B) não pode alienar o bem, visto que, a partir do tombamento, o casarão tornou-se bem inalienável.

(C) pode alienar o bem livremente, sem qualquer comunicação prévia ao Poder Público.

(D) somente pode alienar o bem para a União, instituidora do tombamento.

RESPOSTA: Conforme o Decreto-Lei n. 25/1937, em seu art. 22, caput e §1º. *Alternativa A.*

45 - (OAB - XVII Exame) O Município W, durante a construção de avenida importante, ligando a região residencial ao centro comercial da cidade, verifica a necessidade de ampliação da área a ser construída, mediante a incorporação de terrenos contíguos à área já desapropriada, a fim de permitir o prosseguimento das obras. Assim, expede novo decreto de desapropriação, declarando a utilidade pública dos imóveis indicados, adjacentes ao plano da pista. Diante deste caso, assinale a opção correta.

(A) É válida a desapropriação, pelo Município W de imóveis a serem demolidos para a construção da pública, mas não a dos terrenos contíguo à obra.

(B) Não é válida a desapropriação, durante a realização da obra, pelo Município W, de novos imóveis, qualquer que seja a finalidade.

(C) É válida, no curso da obra, a desapropriação, pelo Município W, de novos imóveis em área contígua necessária ao desenvolvimento da obra.

(D) Em relação às áreas contíguas à obrar a única forme de intervenção estatal da qual pode se valer o Município W é a ocupação temporária.

RESPOSTA: Conforme art. 4º do Decreto-lei n. 3.365/41. *Alternativa C.*

46 - (OAB XXIX - Exame) O poder público, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, pretende conceder à iniciativa privada uma rodovia que liga dois grandes centros urbanos. O edital, publicado em maio de 2018, previu a duplicação das pistas e a obrigação de o futuro concessionário desapropriar os terrenos necessários à ampliação. Por se tratar de projeto antigo, o poder concedente já havia declarado, em janeiro de 2011, a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas no âmbito do futuro contrato de concessão. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) O ônus das desapropriações necessárias à duplicação da rodovia não pode ser do futuro concessionário, mas sim do poder concedente.

(B) O poder concedente e o concessionário só poderão adentrar os terrenos necessários à ampliação da rodovia após a conclusão do processo de desapropriação.

(C) O decreto que reconheceu a utilidade pública dos terrenos caducou, sendo necessária a expedição de nova declaração.

(D) A declaração de utilidade pública pode ser emitida tanto pelo poder concedente quanto pelo concessionário.

RESPOSTA: Segundo o art. 10 do Decreto-lei n. 3.365/1945. *Alternativa C.*

47 - (OAB XXVIII - Exame) Determinado Município fez publicar decreto de desapropriação por utilidade pública de determinada área, com o objetivo de construir um hospital, o que incluiu o imóvel de Ana. A proprietária aceitou o valor oferecido pelo ente federativo, de modo que a desapropriação se consumou na via administrativa. Após o início das obras, foi constatada a necessidade, de maior urgência, da instalação de uma creche na mesma localidade, de modo que o Município alterou a destinação a ser conferida à edificação que estava sendo erigida. Ana se arrependeu do acordo firmado com o poder público. Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) de Ana, assinale a afirmativa correta.

(A) Ana deverá ajuizar ação de retrocessão do imóvel, considerando que o Município não possui competência para atuar na educação infantil, de modo que não poderia alterar a destinação do bem expropriado para esta finalidade.

(B) Cabe a Ana buscar a anulação do acordo firmado com o Município, que deveria ter ajuizado a indispensável ação de desapropriação para consumir tal modalidade de intervenção do estado na propriedade.

(C) O ordenamento jurídico não autoriza que Ana impugne a desapropriação amigável acordada com o Município, porque a nova destinação conferida ao imóvel atende ao interesse público, a caracterizar a chamada *tredestinação lícita*.

(D) Ana deverá ajuizar ação indenizatória em face do ente federativo, com base na desapropriação indireta, considerando que o Município não pode conferir finalidade diversa da constante no decreto expropriatório.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

48 - (OAB XXII - Exame) O Município Beta foi assolado por chuvas que provocaram o desabamento de várias encostas, que abalaram a estrutura de diversos imóveis, os quais ameaçam ruir, especialmente se não houver imediata limpeza dos terrenos comprometidos. Diante do iminente perigo público a residências e à vida de pessoas, o Poder Público deve, prontamente, utilizar maquinário, que não consta de seu patrimônio, para realizar as medidas

de contenção pertinentes. Assinale a opção que indica a adequada modalidade de intervenção na propriedade privada para a utilização do maquinário necessário.

- (A) Requisição administrativa.
- (B) Tombamento.
- (C) Desapropriação.
- (D) Servidão administrativa.

RESPOSTA: Previsto no art. 5º, XXV, da CF. *Alternativa A.*

49 - (OAB XX - Exame) O Estado Beta pretende estabelecer ligação viária entre dois municípios contíguos em seu território. Para tanto, mostra-se necessária a desapropriação, por utilidade pública, de bem de propriedade de um dos municípios beneficiários da obra. Quanto à competência do Estado Beta para desapropriar bem público, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado Beta não tem competência para desapropriar, por utilidade pública, bem municipal.
- (B) O Estado Beta não tem competência para desapropriar bens públicos.
- (C) O Estado Beta poderá desapropriar sem qualquer providência preliminar.
- (D) O Estado Beta poderá desapropriar mediante a respectiva autorização legislativa.

RESPOSTA: Segundo o Decreto-lei n. 3.365/41, art. 2º, § 2º. *Alternativa D.*

50 - (OAB XX - Exame) O Estado Alfa e os Municípios Beta e Gama, localizados naquele Estado, celebraram protocolo de intenções para a constituição de consórcio público para atuação na área de saneamento, dispondo que o consórcio teria personalidade jurídica de direito público. No protocolo de intenções está prevista a outorga de concessão, permissão e autorização de serviços públicos pelo consórcio, além da possibilidade de promover desapropriações e instituir servidões. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O consórcio é ente desprovido de personalidade e, portanto, não é válida a previsão contida no protocolo de intenções.
- (B) O consórcio em referência não poderá ser constituído sem a obrigatória participação da União entre os seus consorciados.
- (C) Após a constituição do consórcio, poderá ele promover desapropriação, pois prevista no protocolo, mas a declaração de utilidade pública não pode ser feita pelo consórcio.
- (D) Com a assinatura do protocolo de intenções por todos os entes participantes, estará constituído o consórcio em referência.

RESPOSTA: De acordo com o art. 2º, §1º, da Lei n. 11.107/2005. *Alternativa C.*